

Visões do Alto Madeira: Comissão Rondon, malária e política em Santo Antônio do Madeira (1910-1915)*

Visions of Alto Madeira: Rondon Commission, malaria and politics in Santo Antônio do Madeira (1910-1915)

ANDRÉ VASQUES VITAL

Casa de Oswaldo Cruz | Fiocruz

RESUMO O artigo analisa a atuação médica e política de Joaquim Augusto Tanajura na região do Alto Madeira entre os anos de 1910 e 1915, problematizando as ações independentes de membros da Comissão Rondon no noroeste do país. Tanajura foi chefe do serviço de saúde da Comissão Rondon entre os anos de 1909 e 1912, e atuou como intendente de Santo Antônio do Madeira entre 1912 e 1915. Sua atuação política envolveu o questionamento das imagens difundidas sobre o Alto Madeira, ligadas à onipresença da malária, à situação de abandono a que os habitantes locais estavam submetidos e à reforma sanitária no município de Santo Antônio do Madeira, o mais degradado da região.

Palavras-chave Comissão Rondon – Alto Madeira – Malária – Medicina.

77

ABSTRACT *The article analyzes the medical and political acting of Joaquim Augusto Tanajura, in the region of Alto Madeira from the years 1910 to 1915, problematizing the independent actions of the members of Rondon Commission in the northwest of the country. Tanajura was the head of the department of health service between 1909 and 1912, and worked as an intendant in Santo Antônio da Madeira between 1912 and 1915. His political acting involved the questioning of the diffused images about Alto Madeira, linked to the omnipresence of malaria, the abandoned situation that the local inhabitants were facing and the sanitary reformation in the city of Santo Antônio do Madeira, the most insalubrious of the area.*

Keywords *Rondon Commission – Alto Madeira – Malaria – Medicine.*

Introdução

Este artigo propõe problematizar as ações independentes de membros da Comissão Construtora de Linhas Telegráficas de Mato Grosso ao Amazonas (1907-1915), por meio da análise da atuação médica e política do médico Joaquim Augusto Tanajura em Santo Antônio do Madeira entre 1910 e 1915. Sua atuação na época em que era chefe do serviço de saúde da Comissão (1909-1912) envolveu ações políticas caracterizadas por denúncias das condições de abandono e insalubridade local, bem como dos impactos negativos das imagens imputadas às populações e ao território do Alto Madeira por diversos viajantes. Em 1912, o médico foi requisitado pelo governo do Mato Grosso a tomar posse como intendente de Santo Antônio do Madeira e iniciou reformas sanitárias tendentes a fim de debelar as epidemias que grassavam no povoado.

O artigo está inserido em um conjunto mais amplo de estudos que analisam as atividades científicas desenvolvidas na Comissão e, em especial, as atividades desenvolvidas por médicos que viajaram pelo norte de Mato Grosso e atuaram no canteiro de obras da linha telegráfica.¹ Joaquim Tanajura buscou construir uma imagem distinta sobre Santo Antônio do Madeira que se contrapunha às visões largamente difundidas na época, tanto nos relatórios da Comissão Rondon quanto no relatório do sanitarista Oswaldo Cruz, sobre as condições sanitárias de Santo Antônio do Madeira e Porto Velho. Entre junho e agosto de 1910, Oswaldo Cruz e Belisário Penna atuaram no canteiro de obras da ferrovia Madeira-Mamoré, com o fim de analisar as condições sanitárias locais e estabelecer um plano de combate às doenças entre os trabalhadores. Essa viagem resultou em relatório que foi objeto de análise de estudos que apontam para a construção e difusão de uma determinada imagem ou “retrato da região”.² O presente artigo insere-se também nesse conjunto de estudos por apontar outra imagem construída sobre a região do Alto Madeira, dessa vez por alguém que viajou para a região e lá permaneceu, utilizando como fontes os artigos publicados por Tanajura em jornais do Amazonas e relatos de outros viajantes que passaram por Santo Antônio do Madeira.

Em 1907, o então presidente do Brasil, Afonso Augusto Moreira Penna (1906-1909), convidou o coronel Cândido Mariano da Silva Rondon para chefiar a comissão cuja missão seria construir a linha-tronco que ligaria o Mato Grosso ao Vale do Rio Madeira, no Amazonas. Esta empreitada teria, como pontos extremos, as cidades de Cuiabá ao sul e o povoado de Santo Antônio do Madeira ao norte (atual município de Porto Velho) e seu objetivo era ligar ao Rio de Janeiro os territórios do Amazonas, Acre, do Alto Purus e do Alto Juruá, através da capital de Mato Grosso. A obra serviria para unir as regiões mais afastadas da capital federal através do fio telegráfico, melhorando a comunicação e contribuindo para a vigilância das fronteiras nacionais. Os trabalhos para a instalação do fio telegráfico unindo o Rio de Janeiro a outras regiões do Brasil, também distantes da capital, já vinham sendo desenvolvidos desde a década de 1880, tendo alcançado, em 1906, a cidade de Cuiabá.

Os objetivos da Comissão, entretanto, iam além da melhora na comunicação com as fronteiras. A maior parte da linha estava destinada a atravessar regiões pouco conhecidas e isoladas do processo econômico vigente, à exceção do Alto Madeira. Construir a linha telegráfica significava também buscar a integração dos “sertões do noroeste” ao sistema produtivo nacional, através da ocupação do território e do desenvolvimento local. Segundo o historiador Todd A. Diacon (2006), tanto o presidente Afonso Penna quanto Cândido Rondon acreditavam que a expansão da autoridade estatal, a partir da construção da linha, era necessária para se fazer sentir no sertão os benefícios da civilização.³ Entregar essas regiões ao Estado e ao sistema produtivo era trocar o “sertão” pela “civilização”, integrando e expandindo a ideia de nação. Portanto, recentes estudos circunscrevem a Comissão Rondon no contexto de missões civilizatórias da Primeira República. Entre essas “missões”, podem ser citadas as viagens científicas do Instituto Oswaldo Cruz (1908-1922), a Comissão Geológica e Geográfica de São Paulo (1886-1931) e a Expedição Cruls ao Planalto Central, em 1892.⁴

O processo de construção da linha e a exploração do território foram difíceis, em virtude dos diversos problemas enfrentados por Rondon e demais oficiais que o acompanhavam. Em várias ocasiões as doenças, em especial a malária, dizimavam expedições inteiras provocando a constante paralisação dos serviços. As crises sanitárias decorrentes dos surtos de malária eram mais intensas quando as expedições atravessavam núcleos populacionais, como observou o médico Joaquim Tanajura em seu relatório de 1909.⁵

Um dos maiores núcleos onde a Comissão atuou estava localizado na região de Santo Antônio do Madeira, à margem direita do rio Madeira. Nesse povoado havia um posto de coleta de impostos sobre mercadorias transportadas pelo rio Madeira e um porto por onde escoava a produção de borracha vinda da Bolívia e do Acre, o que tornava a região atrativa para a atividade extrativista. O grande trânsito de pessoas, vindas dos mais diversos lugares, trazia com elas, também, as doenças.

Os trabalhos da Comissão em Santo Antônio foram iniciados em meados de 1910, após a inauguração da estação telegráfica de Juruena. A Comissão nesse ano foi dividida em Seção Norte e Seção Sul, visando dar mais agilidade ao processo de instalação do fio telegráfico. Um grupo encarregado da Seção Sul operou na construção da linha a partir da estação de Juruena, enquanto outro grupo (Seção Norte) iniciou os trabalhos a partir de Santo Antônio do Madeira.

A criação da seção norte da comissão e as crises sanitárias

Entre 1907 e 1909, a Comissão inaugurou as estações de Rosário, Diamantino, Pontes de Pedra, Capanema, Utiariti e Juruena. Além dessas estações, que compunham a chamada “linha tronco”, ligando Cuiabá a Santo Antônio, foi também construída a linha São Luiz de Cáceres – Mato Grosso (Vila Bela da Santíssima Trindade). Em 1909, foi efetivada a exploração do norte de Mato Grosso, com a finalidade de mapear os locais por onde passaria o fio telegráfico até o povoado de Santo Antônio do Madeira.

Durante esse período, a organização do serviço de saúde na Comissão era precário. Os oficiais médicos sofriam com a falta de autoridade e autonomia perante o contingente, sendo suas prescrições somente aceitas, sem restrições, em momentos de aguda crise sanitária.⁶ A alta rotatividade de médicos militares no serviço era outro agravante. Normalmente eram transferidos pelo Ministério da Guerra para outras missões, devido ao baixo número de profissionais da área de saúde no Exército. No período de 1907 a 1909, cinco oficiais médicos haviam trabalhado na Comissão.

A mudança nesse quadro ocorreu após a expedição de exploração do norte de Mato Grosso rumo ao Madeira (maio de 1909 a janeiro de 1910). O chefe do serviço de saúde era Joaquim Augusto Tanajura, primeiro-tenente da força policial do Distrito Federal, que chegou na Comissão no início da expedição ao Madeira. Joaquim Tanajura, filho do médico e político José de Aquino Tanajura e Antônia Francisca Castro Tanajura, nasceu no interior da Bahia, em 1878 e, em 1900, doutorou-se em medicina pela Faculdade de Medicina da Bahia com a tese *Letalidade Infantil e Suas Causas*. Em 1906, ingressou, como primeiro-tenente, na Força Policial do Distrito Federal, iniciando sua carreira de policial militar. Em março de 1909, o médico recebeu o convite para chefiar o serviço de saúde da Comissão Rondon, em substituição a Joaquim Pinto Rabelo, médico remanejado para outra missão pelo Ministério da Guerra. Diferente dos seus antecessores, ele foi mobilizado pelo Ministério da Viação e Obras Públicas.

Tanajura iniciou seus trabalhos em meio a um dos maiores surtos de malária enfrentados pela Comissão até aquele momento. Uma mudança excepcional no regime de águas no rio Madeira e nos seus afluentes proporcionou o aumento do número de vetores da malária (o mosquito *Anopheles*), provocando uma grave crise sanitária que atingiu por todo aquele ano o norte de Mato Grosso e o Alto Madeira.⁷ O índice endêmico de malária na região do Alto Madeira era alto, mas, nesse período, a situação agravou-se ainda mais. A expedição concluiu o levantamento em janeiro de 1910, chegando a Santo Antônio do Madeira. Contudo, imediatamente depois, os expedicionários tiveram que bater em retirada rumo a Manaus e Rio de Janeiro, pois todos, exceto o médico, contraíram a doença.⁸

A situação sanitária no norte de Mato Grosso e no Alto Madeira impressionou o chefe da Comissão, que por duas vezes adoeceu de malária; em consequência, permaneceu afastado do canteiro de obras por mais de um ano. Esse fato foi fundamental na concessão de autoridade a Joaquim Tanajura para criar um serviço de saúde adequado aos preceitos de autonomia do médico perante a hierarquia militar.

A expedição de 1909 foi também importante para a interação de Joaquim Tanajura com os habitantes locais. O médico não seguiu com Rondon até Santo Antônio, pois foi designado, em 9 de outubro de 1909, a viajar com a expedição de exploração do rio Machado (Ji-Paraná). Ao longo dessa viagem, até a chegada ao povoado de Calama, Tanajura enfrentou no contingente e nos barracões da seringa um grande surto de malária, intercalado com epidemias de influenza. Desconhecia as características epidemiológicas da região que percorria e por isso necessitou da cooperação dos habitantes locais para produzir conhecimento sobre as doenças e seus ciclos no Alto Madeira. Com isso, socorreu não só os doentes do contingente militar, mas a todos por onde passava. Esse episódio contribuiu para propagar a sua fama, pois era um dos poucos médicos presentes na região. Por outro lado, a experiência vivida na expedição ao Machado, tornou Joaquim Tanajura mais um entusiasta dos objetivos de Cândido Rondon e da Comissão, conforme aponta seu relato de janeiro de 1910, quando esteve em Manaus:

Rumo feliz portanto nos conduziu até estas plagas; e, todos quantos fazemos parte desta caravana, entusiastas das coisas da Natureza, da sua farta exuberancia, dos seus encantos, familiarizados já no

*seu convívio, aqui temos terminado a missão que nos foi confiada, apresentado á Pátria amável esse imenso território despovoado que, batido agora pela iniciativa ousada do homem, está apto a receber dos commettimentos porvindouros.*⁹

Joaquim Tanajura e os oficiais da Comissão retornaram ao Alto Madeira em 1º de agosto de 1910. Nesse período já estava em vigor a nova organização dos trabalhos, e do serviço de saúde na Comissão. A nova configuração do serviço de saúde, proposta por Tanajura e sancionada por Rondon, concedia ampla liberdade e autoridade aos médicos, além de instituir um rígido serviço de profilaxia contra a malária no contingente. Por sua vez, os jornais de Manaus davam conta de que os surtos de malária em Santo Antônio recrudesciam mês a mês, provocando alto número de vítimas.

Apesar do planejamento sem precedentes para o início dos trabalhos da Seção Norte, não foi possível evitar a catástrofe. Segundo João Bernardo Lobato Filho (1957), auxiliar de Joaquim Tanajura, “o paludismo desbaratou brutalmente a Seção Norte em pouco mais de um mês”.¹⁰ Essa seção contou com 250 homens que retornaram a Manaus, presos a acessos de malária. Cândido Rondon, que estava no Rio, ordenou a ida de mais homens para a área das construções, mas a calamidade sanitária impediu que os trabalhos prosseguissem.

Entre agosto de 1910 e maio de 1911, Joaquim Tanajura teve contato mais íntimo com o drama da população local que sofria com epidemias de febre amarela e varíola, intercaladas com a malária. Com o fracasso da Seção Norte, cuidou dos habitantes de Santo Antônio, por ser o único médico presente no povoado. Na época, a região era área de contestado entre os estados do Amazonas e Mato Grosso, e isso contribuía para o vácuo de poder existente. O Estado só se fazia presente através do posto de coleta de impostos. Isso levou a um gradual afastamento dos interesses do médico e da Comissão a que pertencia. Após quase um ano, Joaquim Tanajura verificou que a linha telegráfica não seria suficiente para atender as necessidades daquela região.

80

Essa interação também favoreceu o diálogo do médico com as forças políticas locais. Em 5 de junho de 1911, Tanajura lançou artigo em um jornal de Manaus, denunciando as condições de saúde na região e apoiando a intenção do novo governo do Mato Grosso em organizar uma estrutura municipal no povoado.¹¹ A permanência do médico era interessante para o governo do Mato Grosso, que após firmar acordo com o Amazonas em 14 de setembro de 1910, passou a ter controle reconhecido sobre Santo Antônio do Madeira. Em julho de 1912, o então governador do Mato Grosso, Joaquim Augusto da Costa Marques, nomeou Joaquim Augusto Tanajura intendente municipal de Santo Antônio do Madeira.

Uma “cidade sem crianças”: imagens de Santo Antônio do Madeira

A colonização do rio Madeira teve início no século XVII, no Baixo Madeira, com o estabelecimento de missões religiosas para a catequese dos índios. No Alto Madeira, a iniciativa dos jesuítas ocorreu em 1728, com o estabelecimento de um núcleo de povoamento e catequese indígena entre a cachoeira de Santo Antônio e a foz do rio Jamary.¹² As doenças, em especial a malária, devastaram a missão, e a maioria dos sobreviventes das epidemias foi massacrada pelos índios Mura. Alguns poucos jesuítas fugiram, abandonando o lugar.

As doenças e a resistência dos índios Mura arrefeceram as intenções de colonização da região por muito tempo. No século XVIII, o Vale do Guaporé, região ao sul do Alto Madeira, era considerado o “terror da América” por causa das epidemias que vitimavam o colonizador. Os episódios mais trágicos datam de 1758, momento da epidemia de “tosse com sangue”, e 1814, ocasião em que a varíola ceifou a vida de muitos dos que cuidavam do Forte Príncipe da Beira.¹³ As dificuldades enfrentadas no Guaporé impossibilitavam as iniciativas das autoridades do Mato Grosso de seguir rumo ao Madeira. Outros dois fatores podem ser somados ao já citado: sabia-se que o Madeira era habitado por diversos povos indígenas, além de ser de difícil navegação causada pelos trechos encachoeirados em sua parte alta. Esses

fatores contribuíram para que a região, a essa época, fosse visitada pelos colonizadores apenas para a captura de mão de obra indígena ou para a coleta de drogas do sertão.

Esse quadro mudou a partir da década de 1860. A abertura do rio Amazonas para a livre navegação, em 1866, possibilitou o aumento da exploração e exportação da borracha extraída nos seringais.¹⁴ O crescimento da indústria de artefatos de borracha nos EUA e Europa aumentou a procura pela goma, favorecendo a emergência da economia da borracha na Amazônia e o avanço da colonização no Alto Madeira e outras regiões inóspitas no norte do país.

Na cachoeira de Santo Antônio surgiu, nesse contexto, o povoado de Santo Antônio do Madeira, fundado em função da atividade extrativista. Surgiu como um importante entreposto comercial que ligava os comerciantes e seringalistas das margens dos rios Beni, Madre de Dios, Guaporé e Mamoré aos mercados estrangeiros, via Manaus e Belém. Com o estabelecimento da navegação a vapor, uma linha foi destinada ao povoado para atender, também, às embarcações particulares que eram obrigadas a parar naquele lugar devido à dificuldade em vencer os trechos de cachoeira, rio acima.¹⁵ Apesar de sua importância econômica e das grandes levas migratórias, a população estabelecida no lugar era pequena. Outros povoados e cidades surgiram nesse período em função da atividade extrativista, como Lábrea, Humaitá e Itacoatiara.

A dificuldade de escoamento da produção boliviana para Santo Antônio fez com que os governos da Bolívia e do Brasil entrassem em diálogo para sanar esse problema. Em 1867, foi assinado o Tratado de Amizade, Limites, Navegação, Comércio e Extradicação, prevendo a abertura de uma estrada no trecho Madeira-Mamoré para facilitar o escoamento da produção boliviana. Em 1872, tem início a primeira das tentativas frustradas de construção da ferrovia Madeira-Mamoré, tendo como centro de operações o próspero, mas pouco salubre, povoado de Santo Antônio. No século XIX, ocorreram duas tentativas frustradas, buscando iniciar as construções no povoado. Na última, iniciada em 1907, a empresa encarregada da construção decidiu transferir o centro de operações e o ponto inicial da ferrovia para um lugar elevado na margem do rio Madeira chamado Porto Velho, situado sete quilômetros abaixo de Santo Antônio.¹⁶

Os fracassos na construção da ferrovia Madeira-Mamoré, no século XIX, não afetaram a importância econômica de Santo Antônio. As elites locais tinham noção dessa importância. José Francisco Monteiro, o comendador Monteiro, foi um dos primeiros seringalistas a se estabelecer no Alto Madeira, em 1869. Nascido em Portugal, ao longo de sua vida acumulou experiência em comércio no Brasil e no exterior, além de contatos políticos e comerciais na Bolívia, Pará, Maranhão, Amazonas e Europa. Usou de sua influência política para fundar, em 1895, o município de Humaitá cuja extensão territorial, reconhecida pelo estado do Amazonas, compreendia quase todo o Alto Madeira chegando até a fronteira com a Bolívia.¹⁷ Essa delimitação consolidou a disputa pela região de Santo Antônio do Madeira, reclamada pelo governo de Mato Grosso, enquanto Humaitá tornou-se o município mais próspero e influente do Madeira.

Os relatos sobre Santo Antônio e a região do Alto Rio Madeira no início do século XX constantemente associam o local ao abandono do poder público, às doenças tropicais, ao reduzido número de crianças e aos ataques dos índios. Mas, na maioria desses relatos, os conflitos com os índios, em especial os Parintintin, aparecem de maneira secundária, se comparados à riqueza de detalhes sobre o regime de trabalho nos seringais e principalmente a situação sanitária local.¹⁸

As doenças eram o principal fator que causava perplexidade a quem viajava pelo Alto Madeira. O recomeço da construção da ferrovia Madeira-Mamoré, que teve como ponto de partida o local denominado Porto Velho, em 1907, impulsionou as comparações entre essa localidade e Santo Antônio do Madeira. A proximidade de Santo Antônio com Porto Velho tornava obrigatória essa comparação: a primeira era e expressão da miséria e do abandono e a segunda parecia destinada a um futuro promissor. Entretanto, um fator comum os identificava: ambos os povoados eram fortemente marcados pela presença endêmica da malária. Em entrevista ao jornal cuiabano *O Debate*, o juiz seccional de Mato Grosso, João de Moraes e Matos,¹⁹ expôs suas impressões sobre Porto Velho:

Porto Velho é o centro, pode-se dizer, da civilização material do vale do Madeira, como sede e início da estrada de ferro. Atualmente é uma grande povoação, porém em poucos anos será uma das cidades mais belas do Brasil [...]

Porto Velho ainda tem uma tipografia, onde se imprime o interessante jornal “The Porto Velho Marconigram: La Vida Sin Literatura y Quinina es Muerte”.²⁰

O quinina era o medicamento usado contra a malária naquele período, o que denota a familiaridade da população letrada de Porto Velho com os modos de combate à doença a ponto de o nome “quinina” figurar no título do único jornal que circulava no povoado nesse período. O título transmite a ideia de que a vida em Porto Velho só era possível com o uso do quinina. Sobre Santo Antônio, no entanto, o juiz preferiu não explicitar sua opinião.

A palavra de uma autoridade científica, a do Dr. Oswaldo Cruz, já pôs termo, por assim dizer, a magna questão de sua insalubridade e a pena fulgurante d’um talentoso jornalista Dr. Joaquim Tanajura, que também é um hábil facultativo, pelas colunas da imprensa de Manaus, já fez a descrição de seus longos sofrimentos, razão pela qual, sr. Redator, deixo de dar-lhe a minha impressão sobre Santo Antônio do Madeira, mesmo porque ainda guardo viva lembrança da generosa hospitalidade que ali recebi.²¹

A visão positiva sobre Porto Velho é compartilhada por Oswaldo Cruz, cuja opinião sobre Santo Antônio do Madeira é completamente oposta. Após visitar Santo Antônio do Madeira, ao tempo em que trabalhou para a Madeira-Mamoré Railway Company (entre julho e agosto de 1910), Cruz fez a seguinte observação em seu relatório:

Nada do que se observa no Madeira, mesmo na região das cachoeiras, se pode comparar com o que se passa na vila de Santo Antônio do Madeira e que toca às raias de inverossímil em questão de insalubridade [...]

82

A vila não tem esgotos, nem água canalizada, nem iluminação de qualquer natureza. O lixo e todos os produtos da vida vegetativa são atirados às ruas, se merecem este nome vielas esburacadas que cortam a infeliz povoação. Encontram-se colinas de lixo apoiadas às paredes das habitações. Grandes buracos no centro do povoado recebem as águas da chuva e da cheia do rio e transformam-se em pântanos perigosos, donde se levantam aluviões de anofelinas que espalham a morte por todo o povoado. Não há matadouro. O gado é abatido em plena rua, a carabina, e as porções não aproveitadas: cabeça, vísceras, couro, cascos etc., são abandonados no próprio local em que foi a rês sacrificada, jazendo num lago de sangue. Tudo apodrece junto às habitações e o fétido que se desprende é indescritível. Sobre os organismos que vivem em tal meio o impaludismo faz as maiores destruições que se conhecem. A população infantil não existe e as poucas crianças que se veem tem vida por tempo curto. Não se conhecem entre os habitantes de Santo Antônio pessoas nascidas no local: essas morrem todas. Sem o mínimo de exagero, pode-se afirmar que toda a população de Santo Antônio está infetada pelo impaludismo.²²

Segundo Lobato Filho (1957), que trabalhou na Seção Norte da Comissão em 1910, Oswaldo Cruz foi mais longe em sua avaliação sobre Santo Antônio: “Oswaldo Cruz, quando de visita a Porto Velho, para estabelecer as bases do saneamento da Madeira-Mamoré, convidado para dar algumas regras sobre o saneamento de Santo Antônio, disse, após um exame, que a única solução era incendiar aquilo”.²³

Essa dicotomia entre o povoado mais próspero do Alto Madeira e o mais pobre é referência constante, apesar de a “cultura da malária” ser comum nos relatos sobre ambos. Uma das principais diferenças entre Santo Antônio e Porto Velho deve-se à existência, neste último, do Hospital da Candelária, mantido pela Madeira-Mamoré Railway Company, dotado de onze médicos, alguns com experiência em outras grandes construções em zonas tropicais, como a do Canal do Panamá.²⁴ Porto Velho nasceu da iniciativa do capital privado de uma multinacional representado pela empresa detentora dos direitos de construção da ferrovia. Santo Antônio, em contrapartida, não tinha médicos, muito menos hospital. Joaquim Tanajura não se tornou somente o primeiro intendente, mas, principalmente, foi ele o primeiro médico a se estabelecer em Santo Antônio do Madeira. Outra diferença ficava por conta da topografia. Santo Antônio estava

localizado em região baixa, sujeita a alagamentos nos períodos de cheia do rio Madeira. Essa condição determinava o aumento do número de vetores de doenças como a malária e a febre amarela.²⁵

Lobato Filho (1957) fez uma das descrições mais detalhadas sobre Santo Antônio ao compará-la com Porto Velho. Seguindo com a Comissão Rondon na primeira tentativa de estabelecimento da Seção Norte da Comissão, o longo trecho a seguir coloca em evidência suas impressões sobre o povoado em que atuou para a construção da linha telegráfica:

Depois do espetáculo agradável e surpreendente de Porto Velho, apresentava-se o espetáculo desolador de Santo Antônio do Madeira, muito agravado pelo confronto. Aquela, um modelo de cidade para a região e aparelhada para a luta contra o paludismo. Esta, um centro de cultura do paludismo ao natural. Nenhuma medida de higiene: a água para beber é a do rio e dos igarapés; as defecções, feitas pelo sistema primitivo da roça, sendo que muitas casas dão os fundos para o rio e o sistema é assim, ainda mais primitivo e original; alimentação abaixo de qualquer crítica; as bebidas alcoólicas constituindo, ao que parecia, a base líquida da alimentação; jogatina desenfreada; cidade despolicada. Foco de paludismo sem dispor de um médico.

Santo Antônio do Madeira era o ponto de passagem da volumosa produção da Bolívia e do extremo oeste de Mato Grosso e por isso a sua população era volante e de aventureiros, poucas famílias e natalidade tão limitada que tornava coisa muito difícil ver aí uma criança. Ela possuía todos os defeitos de cidade de fronteira agravados por aquelas circunstâncias (...)

Santo Antônio do Madeira quase sempre a winchester falava e decidia. Aí não havia chapéus vistosos, olhos ofuscantes e joias rebrilhantes: somente bolivianas e curibócas esfarrapadas e desordeiras.²⁶

Por fim, temos as impressões de Rondon sobre o povoado. Embora em nada seja diferente do colocado nos demais, o relato torna-se interessante pelo fato de, apesar de escrito por um sertanista que atravessou diversas localidades do Mato Grosso, deixar transparecer que ele, não obstante sua larga experiência, tenha visto, anteriormente, nada parecido com o que observou nesse povoado.

Santo Antônio tem aspecto tristonho, feio; as suas ruas estão acumuladas sobre um outeiro, a cavaleiro do porto. São tão sujas, tão sem higiene que admira não haver maior mortandade nesse acúmulo de habitantes aventureiros e viciosos, sem regras de moral [...]. Sem esgoto, sem água e sem higiene, o lixo se amontoa por toda a parte; a podridão exala em todas as direções. As poucas reses abatidas para alimentação dessa gente bastarda, o são em qualquer parte da rua, onde são esfoladas, esquartejadas, sendo as fezes, a cabeça e o resto, deixados no mesmo lugar á sanha de cães e dos abutres.

A coisa mais notável dessa vila é não haver crianças no lugar. As poucas que para ali são levadas definham fatalmente, como planta exótica que fenece ao calor terrível da zona tropical.²⁷

A visão da “cidade sem crianças”, como podemos notar nos relatos mencionados, tornou-se um forte estigma seja pela doença, seja pela baixa natalidade. Joaquim Tanajura, em 1911, ergueu-se, não só contra o excesso de críticas ao povoado, como também pela falta de ações para minimizar os problemas sofridos pela população. O médico reconhecia o quão prejudicial poderiam ser, para a colonização e o desenvolvimento do Madeira, as referências negativas sobre a região. A partir de então, nem todos estiveram dispostos a entrar na polêmica entre ‘apontar e criticar o local, dificultando ainda mais o seu desenvolvimento’ ou ‘fazer algo pela região’.

Tanajura buscou construir outra imagem sobre Santo Antônio, utilizando o discurso e os recursos disponibilizados por aqueles que apelidavam a região de “matadouro humano” e “cidade sem crianças”. Publicou, nas páginas do *Jornal do Commercio de Manáos*, o mesmo veículo que criou a expressão “matadouro humano”, o seu manifesto, concordando com a situação calamitosa do local, cobrando, entretanto, medidas para proteger a saúde da população. Reportou-se ao discurso de Oswaldo Cruz, concordando com sua observação, mas criticando a falta de interesse dele e do poder público em ajudar de modo efetivo o povoado. O médico condenou abertamente o excesso de críticas a Santo Antônio já que isso não trazia benefício algum ao povoado. Segundo Tanajura:

A crônica depreciadora, desde muito vem apresentando este povoado com uma sombria recomendação, que desanima a quantos pensam empregar a sua atividade.

Não só do assunto das palestras como do noticiário da imprensa, esse preconceito aterrador está fazendo uma campanha deveras prejudicial que, cada vez mais crescente, se corporisa numa condenação impatriótica, para maior infelicidade de uma povoação que requer elementos e auxílios para seu progresso.²⁸

Para Tanajura não adiantava apenas descrever a situação do povoado, mas colaborar, de modo efetivo, para as melhorias necessárias. Naquele momento estava ao seu alcance clinicar e escrever nos jornais. O trecho a seguir coloca em evidência o que para ele faltava na região:

Toda esta população é contribuinte de impostos, paga-os sem protesto, e, como uma satisfação a seus tributos, reclama diariamente as providências do poder publico em seu beneficio, sem que jamais se tornem efetivas [...]

Já é tempo de voltarem vistas para este infeliz povoado. Devemos todos considerar que do seu saneamento resultará um beneficio extraordinário e aumento da riqueza publica, pelos recursos de elementos novos que o procurarão, na faina das explorações industriais.²⁹

O saneamento efetivo era visto pelo médico como a única forma de levar a região ao progresso e à civilização, conforme deixa explícito em seu relatório médico de 1909, apresentado a Cândido Rondon quando ainda estava na Comissão. Para ele, a população do Alto Madeira era dotada de alguns elementos da vida civilizada, dentre eles: trabalho compulsório, alcoolismo e busca pelo lucro. Entretanto, faltavam os elementos positivos que seriam primordiais para o progresso: os conhecimentos advindos da ciência. Também em sua concepção não se podia manter a salubridade nessa região sem que os habitantes fossem guiados pelas normas de higiene. Para isso não bastava apenas sanear, mas também educar a população local.³⁰

84

Por fim, como forma de atenuar as imagens extremamente negativas da região, Tanajura também lançou mão dos recursos da Comissão para desmistificar a imagem de inexistência de crianças em Santo Antônio. Durante o período em que os trabalhos da Seção Norte permaneceram interrompidos entre 1910 e 1911, fotos dos oficiais da Comissão, reunidos em momentos de descontração, foram tiradas com a presença de uma criança entre eles. Essas fotografias foram tiradas quando Cândido Rondon estava no Rio de Janeiro e serviram, em grande parte, para contrapor a imagem de desolação por doenças e miséria à tranquilidade dos expedicionários que tomavam chá no meio da mata e tocavam violão, enquanto uma criança os acompanhava.³¹

Foi nesse contexto, em meio às imagens que analisamos sobre a região, que Joaquim Tanajura assumiu o cargo de intendente do município, considerado o mais degradado do Madeira.

A reforma sanitária em Santo Antônio, entre a organização política e a decadência econômica

Com o fim da questão de limites entre o Mato Grosso e o Amazonas, Santo Antônio do Madeira foi elevado à condição de município em 1912. Foram nomeados um juiz local, um delegado e um intendente (equivalente ao que chamamos hoje de prefeito), organizando a estrutura municipal.

Joaquim Augusto Tanajura deixou a Comissão Rondon para exercer o cargo de intendência em meio a uma crise sanitária na Seção Sul provocada pela malária e o beribéri.³² A Seção Norte sofria, também, desses mesmos males, somados às doenças emergentes no município de Santo Antônio: a varíola e a febre amarela. A insalubridade em Santo

Antônio representou um desafio para as autoridades governamentais em Cuiabá que, apesar da demarcação do limite com o Amazonas, enfrentaram dificuldades para estabelecer a organização municipal, como aponta a mensagem do governo, no primeiro semestre de 1911:

É com pesar que vos confesso a dificuldade em que se vê o governo para realizar este desideratum. Colocado, como já o foi, o primeiro marco, a margem esquerda do Madeira, no paralelo 8° 48', eliminou-se o principal obstáculo, por ter ficado virtualmente traçada a linha de limites com o Amazonas até o Tapajoz. A insalubridade, porém, de S. Antônio e de toda a região do Madeira apresenta óbices de outra natureza, mas removíveis, para a organização definitiva do município e da Comarca.

Não existe ali pessoal idôneo para o desempenho de todos os cargos públicos que devem ser providos, e a aquisição de funcionários estranhos a região, ainda não aclimatados, só será possível depois do saneamento local, ou mediante farta remuneração.³³

A primeira ideia que surgiu por parte do governo foi de fundar a sede do município alguns metros acima do local onde se encontrava o povoado, por considerarem-no mais propício à construção de uma cidade dentro de padrões mínimos de salubridade. O presidente Pedro Celestino Correa considerava que só seria possível organizar a estrutura municipal depois de saneada a região.

Seu sucessor, Joaquim Augusto da Costa Marques, eleito ainda em 1911, teve que agir. Joaquim Tanajura já havia publicado, em meados daquele ano, um artigo em Manaus sobre os flagelos da população de Santo Antônio do Madeira e o avanço da varíola. Em 17 de novembro de 1911, a Associação Comercial de Santo Antônio, através do delegado fiscal da região, enviou um apelo ao governo de Mato Grosso em prol de ajuda no enfrentamento das epidemias de febre amarela e varíola que, além de fazerem inúmeras vítimas, fizeram, também, com que a inspetoria sanitária de Porto Velho ordenasse o fechamento das rotas que ligavam Santo Antônio a Porto Velho.³⁴ O isolamento do povoado fomentou prejuízo na arrecadação do posto fiscal de Santo Antônio.

Frente ao prejuízo e à situação de calamidade, Costa Marques mobilizou o Ministério da Viação e Obras Públicas e o Ministério da Justiça contra o isolamento do povoado e conseguiu reunir um mutirão financeiro para combater a crise sanitária. O estado do Mato Grosso dispensou 5 contos de réis, o Amazonas, 3, e a Madeira-Mamoré mais 3, enquanto Joaquim Tanajura foi requisitado para chefiar o saneamento local. Dispensado da Comissão Rondon, por intermédio do governo do Mato Grosso junto ao Ministério da Viação e Obras Públicas, Tanajura, com auxílio da Associação Comercial de Santo Antônio e do delegado fiscal, chefiou o trabalho de saneamento da região. Em 1912, Costa Marques anunciou as melhorias alcançadas com as medidas de emergência em Santo Antônio:

Aquelas epidemias foram logo debeladas e a vila acha-se hoje em condições sanitárias muito melhores que antes. Procedeu-se a rigorosa limpeza e desinfecção nas casas, nas ruas e nas praças onde se amontoavam o lixo e toda a sorte de detritos da vida animal; fez-se o aterro das diversas poças de água estagnada e imunda que constituíam outros tantos focos de emanações deletérias, e abriram-se poços para fornecer água aos habitantes e evitar o uso da água do rio, ali considerada como nociva.³⁵

Em março de 1912, Joaquim Tanajura foi nomeado intendente de Santo Antônio do Madeira. Não ele, Tanajura, mas o juiz designado para o município, receberia salário superior a todos os demais que possuíam a mesma função no Mato Grosso. Costa Marques justificou a diferenciação dizendo “não ser possível encontrar quem, com a modesta remuneração da tabela praticada, quisesse afrontar a inclemência daquele clima e as dificuldades do viver em Santo Antônio”.³⁶ A disponibilidade de Joaquim Tanajura em governar o nascente município colocou fim ao impasse sobre como organizar a estrutura municipal da região.

Como intendente, o médico buscou implementar suas concepções, através de amplas reformas na vila de Santo Antônio, com auxílio do governo de Mato Grosso. Primeiramente, a vila foi transferida para quinhentos metros acima de

sua localização original, já que a antiga era constantemente inundada pelas cheias do rio Madeira além de cercada por lagoas e pântanos. O novo núcleo ficou situado em um planalto, cinquenta metros acima do rio, cortado por um igarapé cujas águas foram aprovadas pelo médico para consumo. Ruas foram pavimentadas e igarapés e lagoas do entorno, criadouros do mosquito transmissor da malária, foram aterrados. Foi instalada uma escola mista de instrução pública primária, nos turnos diurno e noturno, cujo objetivo era alfabetizar crianças e adultos. A escola também servia para instruir sobre as rígidas medidas profiláticas impostas ao povoado, que incluíam o uso profilático do quinina, distribuída pela intendência, e de telas contra mosquito em janelas e portas nas novas residências.³⁷ Para conseguir melhorar o estado sanitário foi necessário diminuir parte dos abusos de poder dos gerentes de seringais, de comerciantes locais e da estrutura econômica da borracha. A fiscalização, tanto dos alimentos importados quanto do quinina vendida nos estabelecimentos, tornou-se realidade, mesmo que precária.

Joaquim Tanajura buscou manter boas relações com as autoridades da Madeira-Mamoré Railway Company. Conseguiu convencer a empresa a transferir a estação de Santo Antônio para o novo núcleo populacional, o que demandou a reconstrução do trecho. Nessa época, uma fábrica de tijolos foi instalada na região além de uma linha de bonde para transporte de cargas e passageiros. A enfermaria da Seção Norte da Comissão Rondon foi adaptada para servir aos doentes da vila, abrindo uma alternativa modesta ao Hospital da Candelária. As melhorias, de um modo geral, foram positivas para a companhia que administrava a ferrovia. Em 1912, a frequência diária de doentes na Candelária, que era de 120 a 150 pessoas em 1911, baixou para 60, em 1912.³⁸

Em 1914, os resultados das medidas adotadas no município foram entregues ao governo do Mato Grosso. Nesse ano, pelo censo realizado, havia 911 habitantes, dentre eles 148 crianças. Esses resultados priorizam os dados acerca das mortes de crianças sobre a de adultos, e acreditamos que essa prioridade se deveu à tão propagada fama de Santo Antônio enquanto lugar insalubre onde crianças não sobreviviam. Não há dados estatísticos quanto à morte de crianças sobre a de adultos antes da chegada de Joaquim Tanajura ao poder mas, nos primeiros seis meses de seu governo, a taxa foi de 50%. Posteriormente essa cifra baixou para 46%. A maior parte das crianças que morriam tinha menos de 10 anos de idade cuja principal causa de morte era a malária, seguida pela falta de socorro médico, bronquite, pneumonia e doenças gastrointestinais. A malária permanecia como a maior causa de mortes, também, entre adultos.³⁹ Figuram, ainda, entre os casos de morte entre adultos em 1912, anemia, tuberculose, verminose e suicídio.

É importante salientar que Joaquim Tanajura, nos anos de intendência em Santo Antônio do Madeira, atuou, concomitantemente, como gestor municipal e como único médico na região. Os médicos da Comissão Rondon, que atuavam na Seção Norte, ajudavam, quando podiam, na enfermaria, mas a maior parte dos casos eram tratados por Tanajura. A falta de médicos explica o número de pessoas que vinham a óbito "sem atendimento médico". Segundo os números divulgados na mensagem presidencial de 1914, as mortes por falta de atendimento médico são maiores do que os casos registrados de malária. No primeiro semestre de 1913, enquanto os mortos pela malária somavam sete pessoas, os que não tiveram atendimento médico somavam treze.⁴⁰

Novamente Joaquim Tanajura buscou construir uma imagem menos negativa sobre o lugar onde atuou, através dos números de sua gestão. Procurou demonstrar, com eles, que o saneamento da região era possível se houvesse vontade política e investimento do Estado na melhoria das condições sanitárias. A "cidade sem crianças" tinha, agora, possibilidade de salvar os futuros "braços" da nação, através da manutenção da saúde das crianças e dos adultos que lá viviam. Mais do que meramente prestar contas, o relatório apresentado ao governo do Mato Grosso produziu uma imagem indicativa do sucesso das ações de saneamento e higiene, capazes de civilizar a região, tornando-a produtiva e economicamente promissora.

Entretanto, os resultados positivos em relação à saúde dos moradores de Santo Antônio não são frutos apenas da administração do médico e do investimento no saneamento da região. Em 1911, Oswaldo Cruz contava, no seu relatório, 2 mil a 3 mil pessoas vivendo na zona urbana de Santo Antônio, enquanto o censo de 1914 apontava para 911 almas em todo o município (697 na zona urbana). Essa diminuição da população deve-se à crise da borracha e ao conseqüente declínio das levadas migratórias, somados à emigração de seus habitantes para Porto Velho. A crise

também deixava as elites locais mais dóceis e suscetíveis a negociarem com o prefeito que, por sua vez, procurou ajudar ativamente os donos de seringais no que precisassem. Quando Joaquim Tanajura tornou-se prefeito de Porto Velho, em 1917, era bem conhecida a sua prática em pagar as dívidas dos seringais com dinheiro público (o que não era considerado ilegal e representava uma tentativa de salvar a então decadente economia da borracha na região).⁴¹ Concluímos que a crise da borracha favoreceu o declínio do número de doentes e também o aumento significativo do prestígio político de Joaquim Tanajura no Alto Madeira. As doenças e a crise foram os principais elementos a propiciar a entrada do médico no cenário político, respectivamente fortalecendo sua popularidade na região e consolidando suas relações junto às elites locais.

Por outro lado, a crise da borracha teve efeito negativo sobre Santo Antônio do Madeira. A consolidação dos limites entre Mato Grosso e Amazonas acirrou a disputa entre Porto Velho e Santo Antônio com relação à captação de recursos financeiros. O município de Porto Velho recebeu ajuda do governo do Amazonas e também da União, tornando-se ponto preferencial de escoamento da produção vinda da Bolívia, já que possuía melhor infraestrutura e condição sanitária. Joaquim Tanajura e o presidente do Mato Grosso, Costa Marques, fizeram reiterados pedidos de ajuda à União para efetivar toda a reforma prevista para o município de Santo Antônio, mas, até o final de ambos os governos, nenhum recurso foi liberado. Diversos projetos não saíram do papel, dada a falta de recursos, dentre eles a ideia do médico em fundar um colégio para filhos de seringueiros, oferecendo instrução primária, artes e indústria rural.³² A conclusão das obras da ferrovia Madeira-Mamoré, em 1912, veio a acelerar o processo de decadência do povoado vizinho, aumentando a importância logística de Porto Velho.

O ano de 1912 marcou o início do colapso econômico da Amazônia, com a superação da produção da borracha amazônica pela asiática, causando queda dos preços.⁴³ O Plano de Defesa da Borracha, série de medidas aprovadas pela União nesse mesmo ano para contornar a crise, não surtiu o efeito esperado. Inicia-se, então, a queda populacional em áreas do interior dependentes da atividade extrativista. O município mais influente da região do Alto Madeira, Humaitá, entra em declínio com a crise da borracha e com a morte de seu fundador. Nem Manaus escapou do esvaziamento populacional, pois durante toda a década de 1910 todos aqueles que podiam embarcavam fugindo da crise, deixando a capital abandonada.

Em meio ao gradual esvaziamento populacional de Santo Antônio, à falta de recursos e de incentivos necessários ao desenvolvimento do povoado, a Comissão Construtora de Linhas Telegráficas de Mato Grosso ao Amazonas inaugurava a última estação telegráfica pondo fim às obras, oito anos após seu início. A ligação pelo fio telegráfico de Santo Antônio à Cuiabá alimenta as esperanças da reemergência do município pela importância da comunicação do Madeira com a capital do Mato Grosso. As esperanças, no entanto, foram frustradas. O término da obra coincidiu com o nascimento e difusão da radiotelegrafia, tornando a linha tecnologicamente ultrapassada.⁴⁴ O interesse no empreendimento, portanto, perdeu-se através do tempo. Em 1917, foi divulgado um teste bem-sucedido de comunicação por rádio em Manaus e no Acre.

A festa promovida em Santo Antônio do Madeira, em 1º de fevereiro de 1915, com a presença de Cândido Rondon e dos governadores dos estados do Amazonas e Mato Grosso, comemorou o término da obra, mas, paradoxalmente, selou o destino da linha telegráfica e do recém-fundado município. Na década de 1930, Claude Lévi-Strauss escrevia sobre o abandono da linha telegráfica. Na década seguinte, o município de Santo Antônio do Madeira era oficialmente extinto.

Considerações finais

Após o término do seu mandato em Santo Antônio do Madeira, Joaquim Tanajura retornou à Comissão Rondon, trabalhando na enfermaria da Seção Norte e cuidando dos trabalhadores que permaneceram para a manutenção das estações telegráficas. Nesse mesmo ano disputou eleição para superintendência de Porto Velho e venceu, tornando-se o primeiro prefeito eleito dessa cidade. Consolidou seu poder político na região durante o primeiro mandato

(1917-1919) e voltou a ser eleito em Porto Velho (1923-1925), acumulando nessa época os cargos de deputado do Amazonas e superintendente.⁴⁵

Entretanto, esse caso não foi o único. O primeiro-tenente Alencarliense Fernandes da Costa, oficial que chefiou a exploração do rio Machado ao lado de Joaquim Tanajura, também permaneceu no Alto Madeira, sendo absorvido pelas questões locais. Ficou gravemente enfermo de malária na exploração do Machado, mas retornou à Comissão e chefiou o serviço de manutenção da linha após a conclusão das obras. Tornou-se depois membro do Serviço de Proteção aos Índios, sendo responsável pela supervisão dos postos indígenas da região do Alto Madeira. Em 20 de abril de 1919, fundou, com Joaquim Tanajura, a “Liga Pró-Saneamento do Rio Madeira e Seus Afluentes”, filial da “Liga Pró-Saneamento do Brasil” fundada por Belisário Penna, com os mesmos objetivos, porém concentrados na região do Vale do Rio Madeira, sem dúvida um relevante legado de ex-membros da Comissão Rondon na região.

Quanto a Joaquim Tanajura, as doenças na região e a interação com os habitantes locais foram fundamentais para moldar a sua ideia de “civilizar” os sertões do noroeste e atuar junto aos problemas locais. A linha telegráfica visava proporcionar desenvolvimento e progresso a médio e longo prazo, mas o médico se sensibilizou com as necessidades imediatas da população, convertendo a sua luta “civilizatória” em algo distinto daquilo que fora idealizado na Comissão. Para “civilizar” o Alto Madeira, Tanajura via a necessidade de saneá-lo, combatendo as doenças que afligiam a população e a imagem local atrelada à malária. Desse modo, o médico procurou atuar de maneira favorável a mudanças imediatas em Santo Antônio através de denúncias nos jornais da capital do Amazonas, e também buscando atenuar as imagens negativas que poderiam desanimar qualquer possibilidade de investimentos da iniciativa privada na região.

Joaquim Tanajura, até o fim de sua carreira política no Amazonas, permaneceu relacionado à luta contra as doenças tropicais na região, dialogando quando possível com ex-colegas de Comissão que lá permaneceram. A importância do fio teleográfico desapareceu e com ele o povoado de Santo Antônio, mas o ideal civilizatório da Comissão Rondon, que incluía levar os chamados ‘benefícios da civilização’ aos sertões, permaneceu vivo por meio desses ex-membros que continuaram animando a luta por transformações sanitárias na região.

88

Anexos



Fig 1 Joaquim Augusto Tanajura em 1909.⁴⁶



Fig 2 Porto de Santo Antônio do Madeira em 1914. Foto, Tinba.⁴⁷

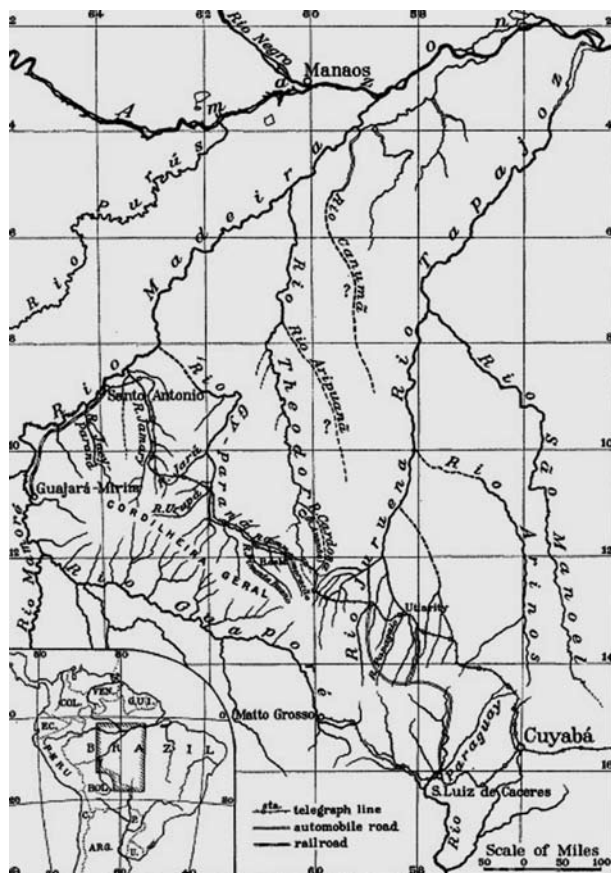


Fig 3 Mapa da área atravessada pela linha telegráfica e Estrada de Ferro Madeira-Mamoré.⁴⁸

Notas e referências bibliográficas

André Vasques Vital é historiador e doutorando em História das Ciências e da Saúde pela Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz e bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: vasques_hist@yahoo.com.br

- * O presente artigo atualiza e estende o trabalho de minha autoria apresentado no 12º Seminário Nacional de História da Ciência e Tecnologia e 7º Congresso Latino-Americano de História da Ciência e Tecnologia entre os dias 12 e 15 de novembro de 2010, intitulado: "La vida sin literatura e quinina es muerte": Comissão Rondon, malária e política no Alto Madeira (1910-1915). Trabalho, na época, desenvolvido também com o apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).
- 1 Ver principalmente: SÁ, Dominichi Miranda de; SÁ, Magali Romero de; LIMA, Nísia Trindade. Telégrafos e inventário doterritório no Brasil: as atividades científicas da Comissão Rondon (1907-1915). *História Ciência e Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, p. 779-810, 2008. CASER, Arthur Torres. *O medo do Sertão: doenças e ocupação do território na Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas (1907-1915)*. 137 f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2009. CASER, Arthur Torres; SÁ, Dominichi Miranda de. Médicos, doenças e ocupação do território na Comissão de Linhas Telegráficas e Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas (1907-1915). *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi Ciências Humanas*, Belém, v. 5, n. 2, p. 363-377, 2010. CASER, Arthur; SÁ, Dominichi Miranda de. O medo do sertão: a malária e a Comissão Rondon (1907-1915). *História, Ciência e Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, p. 471-497, 2011. VITAL, André Vasques. *Comissão Rondon, política e saúde na Amazônia: a trajetória de Joaquim Augusto Tanajura no Alto Madeira (1909-1919)*. 158 f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2011.
 - 2 Ver SCHWEICKARDT, Julio Cesar; LIMA, Nísia Trindade. Os cientistas brasileiros visitam a Amazônia: as viagens científicas de Oswaldo Cruz e Carlos Chagas (1910-1913). *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 14, Suplemento, p. 15-50, 2007. SCHWEICKARDT, Julio Cesar. *Ciência, nação e região: as doenças tropicais e o saneamento no Estado do Amazonas (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2011.
 - 3 DIACON, Todd A. *Rondon: o marechal das florestas*. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 26.
 - 4 Sobre as missões civilizatórias na Primeira República, ver: ALBUQUERQUE, Marli B.; ALVES, Fernando A. Pires; BENCHIMOL, Jaime Larry; SANTOS, Ricardo A. dos; THIELEN, Eduardo Vilela; WELTMAN, Wanda Latmann. *A ciência a caminho da roça: imagens das expedições científicas do Instituto Oswaldo Cruz ao interior do Brasil entre 1911 e 1913*. Rio de Janeiro: Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz, 1991. LIMA, Nísia T. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan/luperj/UCAM, 1999. LIMA, Nísia T.; HOCHMAN, Gilberto. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitário da Primeira República. In: MAIO, M. C.; SANTOS, R. V. (Org.). *Condenado pela raça, absolvido pela medicina*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz/CCBB, 1996. Quanto à Comissão Rondon e sua inserção no contexto dessas missões, ler também: MACIEL, Laura Antunes. *A nação por um fio: caminhos, práticas e imagens da Comissão Rondon*. São Paulo: EDUC, 1998. LIMA, Nísia Trindade; SANTOS, Ricardo Ventura; COIMBRA JR., Carlos E. A. Introdução à Rondônia de Edgard Roquette-Pinto. In: ROQUETTE-PINTO, E. *Rondônia: antropologia*

– ethnographia. 7. ed. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2005.

- 5 TANAJURA, Joaquim A. *Serviço sanitário*: expedição de 1909. Rio de Janeiro: Papelaria Luiz Macedo, [s.d.]. p. 40.
- 6 Sobre esse problema, ver VITAL, op. cit., p. 32-55.
- 7 Oswaldo Cruz também fez referências ao surto de 1909-1910 em seu relatório apresentado à Madeira-Mamoré Railway Company, quando esteve em Porto Velho em 1910. Ver: CRUZ, Oswaldo; CHAGAS, Carlos; PEIXOTO, Afranio. *Sobre o saneamento da Amazônia*. Manaus: P. Daou, 1972. p. 32-34.
- 8 TANAJURA, op. cit., p. 23.
- 9 TANAJURA, Joaquim A. Rumo feliz. *Jornal do Commercio de Manaus*, Manaus, p. 1, 15 jan. 1910.
- 10 LOBATO FILHO, João B. *Avançai para o Jamarí!* A Comissão Rondon nas selvas do Alto Madeira. Rio de Janeiro: S&E, 1957. p. 39.
- 11 TANAJURA, Joaquim A. Região do Madeira: Santo Antonio. *Jornal do Commercio de Manaus*, Manaus, p. 1, Manaus 5 jun. 1911.
- 12 TEIXEIRA, Marco Antônio Domingues; FONSECA, Dante Ribeiro da. *História regional: Rondônia*. 2. ed. Porto Velho: Rondoniana, 1998. p. 45.
- 13 Idem, p. 77.
- 14 FERREIRA, Sylvio Mario Puga. *Federalismo, economia exportadora e representação política: o Amazonas na República Velha (1889-1914)*. Manaus: EDUA, 2007. p. 77.
- 15 TEIXEIRA; FONSECA, op. cit., p. 104.
- 16 HARTMAN, Francisco F. *Trem fantasma: a modernidade na selva*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.
- 17 ALMEIDA, Raimundo Neves de. *Retalhos históricos e geográficos de Humaitá*: documentário histórico de Humaitá do passado (1869-1970). Humaitá: Escola Gráfica Padre Pena, 1981. p. 46-49.
- 18 Os Parintintin viviam nessa época entre as margens do rio Machado e Marmelos. Com o aumento da produção da borracha e a ocupação do Alto Madeira, os conflitos com esses índios intensificaram-se e a maior parte dos esforços dos donos de seringais em combatê-los terminou em fracasso, culminando no abandono de terras e propriedades. Por isso, eram temidos e vistos pelas elites como um entrave à expansão produtiva. Ver mais em: FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. *O SPI na Amazônia: política indigenista e conflitos regionais (1910-1932)*. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2007.
- 19 João de Moraes e Matos foi designado pelo Supremo Tribunal Federal, em 1911, para viajar a Santo Antônio e Porto Velho e fazer cumprir a determinação sobre os limites entre seu estado e o do Amazonas. Em novembro de 1911, concedeu entrevista ao periódico cuiabano *O Debate* sobre a região do Alto Madeira.
- 20 O DEBATE. Interview interessante: entrevista com João de Moraes e Matos, juiz seccional de Mato Grosso. *O debate: Órgão do Partido Republicano Conservador*, Cuiabá, p. 3, 4 nov. 1911.
- 21 Idem, p. 3.
- 22 CRUZ et AL., op. cit., p. 9-10.
- 23 LOBATO FILHO, op. cit., p. 22.
- 24 BENCHIMOL, Jaime Larry; SILVA, André Felipe C. da. Ferrovias, doenças e medicina tropical no Brasil da Primeira República. *História, Ciência e Saúde – Manginhos*. Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, p. 719-762, jul-set. 2008.
- 25 LOBATO FILHO, op. cit., p. 22.
- 26 Idem, p. 21-22.
- 27 RONDON, Cândido Mariano da Silva. *Relatório apresentado a Directoria Geral dos Telégraphos e a Divisão Geral de Engenharia (G.5) do Departamento da Guerra*: estudos e reconhecimentos. Rio de Janeiro: Papelaria Luiz Macedo, [s.d.]. p. 337.
- 28 TANAJURA, op. cit., 1911, p. 1.
- 29 Idem.
- 30 TANAJURA, op. cit., [s.d.].
- 31 Ver mais em VITAL, op. cit., p. 98-99.
- 32 O serviço de saúde da Comissão, organizado por Joaquim Tanajura, deu ênfase ao combate à malária, mas deixou um vácuo em relação ao beribéri, em razão das incertezas do período sobre a sua etiologia. O beribéri é decorrente da ausência de vitamina B1 no organismo e em casos mais extremos pode levar à morte. Diversos oficiais e soldados morreram dessa doença entre 1910 e 1915.
- 33 ESTADO DE MATO GROSSO. *Mensagem do vice-presidente Pedro Celestino Corrêa da Costa de 13 de maio de 1911*. Cuiabá: Imprensa Oficial, 1911. p. 9.
- 34 ESTADO DE MATO GROSSO. *Mensagem do presidente Joaquim Augusto da Costa Marques de 13 de maio de 1912*. Cuiabá: Imprensa Oficial, 1912. p. 50-51.
- 35 ESTADO DE MATO GROSSO, op. cit., 1912, p. 51.
- 36 Idem.
- 37 ESTADO DE MATO GROSSO. *Mensagem do presidente Joaquim Augusto da Costa Marques de 13 de maio de 1914*. Cuiabá: Imprensa Oficial, 1914. p. 53 55.
- 38 ESTADO DE MATO GROSSO. *Mensagem do presidente Joaquim Augusto da Costa Marques de 13 de maio de 1913*. Cuiabá: Imprensa Oficial, 1913. p. 47.
- 39 ESTADO DE MATO GROSSO, op. cit., 1914. p. 55.
- 40 Idem.
- 41 No periódico *Alto Madeira – Jornal Independente*, fundado pelo próprio médico em 1917, há diversas referências ao pagamento de dívidas dos seringais e alguns embarços resultantes dessa prática.
- 42 ESTADO DE MATO GROSSO, op. cit., 1914, p. 54.
- 43 FERREIRA, op. cit., p. 233.
- 44 DIACON, op. cit., p. 195.
- 45 CANTANHEDE, Antonio de J. *Achegas para história de Porto Velho*. Manaus: Secção de Artes Gráficas da Escola Técnica de Manaus, 1950. p. 60.
- 46 RONDON, Cândido Mariano da Silva. *Conferências de 1915*: referentes a trabalhos executados da expedição científica Roosevelt-Rondon e pela Comissão Telegráfica. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Commercio, 1916. p. 209.
- 47 MILLER, Leo E. The descent of the rio Gy-Paraná. *Geographical Review*, v. 1, n. 3, p. 179, mar. 1916.
- 48 Idem, p. 169-191.

[Artigo recebido em 10/2011 | Aceito em 04/2012]